**Projeto de Resolução n.º 1220/XIV/2ª**

**Recomenda ao Governo que crie uma estratégia para promover a reutilização de livros e o combate à sua destruição e desperdício**

**Exposição de motivos**

O livro tem um valor simbólico incalculável. É uma peça fundamental na construção do conhecimento, do pensamento, da ligação do ser humano ao mundo. Presente nas nossas vidas desde a nossa infância, contribui para o desenvolvimento de competências, desempenha um papel formativo, educativo e lúdico, tendo efeitos positivos na saúde mental, na promoção da consciência e da cidadania.

A produção de qualquer bem exige dispêndio de energia e de recursos. Com esta consciência, percebemos a importância da implementação dos 5Rs - Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar - que visam contribuir para mudanças comportamentais, promovendo uma maior e melhor consciencialização ambiental, uma economia mais sustentável e, paralelamente, a ideia fulcral do homem como parte integrante do meio ambiente.

No caso dos livros, um estudo[[1]](#footnote-1) realizado em França mediu a pegada de carbono dos livros publicados pela Editora Hachette Livre no ano de 2008. Segundo essa pesquisa, a editora emitiu 178.000 toneladas de CO2 para produzir 163 milhões de exemplares publicados.

Uma análise efectuada pela Cleantech Group, LLC[[2]](#footnote-2), com base em três estudos independentes - da Green Press Initiative em conjunto com a Book Industry Study, do Group Industrial Design Consultancy e um estudo da Babcock School of Business, conclui que um livro pode produzir em média 7,46 Kg de CO2 durante a sua vida útil, incluindo todos os processos nas cadeias de produção, distribuição e venda. Ademais, cada eucalipto utilizado no fabrico do papel pode produzir entre 20 e 24 mil folhas A4 com 75 gramas, ou seja, o papel mais comum. Numa resma estão 500 folhas, ou seja, 7% de uma árvore. Falando em termos médios, uma árvore inteira daria para produzir cerca de 15 resmas de papel (7.500 folhas).[[3]](#footnote-3) Estes dados mostram-nos a importância de uma maior consciência para a reutilização dos livros porque, tal como qualquer outro objeto, um livro, para além de ter uma história, tem também gastos na sua produção e tempo de vida, pelo que a aposta deve ser sempre a da reutilização em vez da nova produção.

E nesta matéria também o Estado deve assumir-se como agente promotor, dinamizador e deve garantir que as metas exigíveis para a sustentabilidade sejam atingidas, nomeadamente na concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), por forma a reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da redução, reciclagem e reutilização. Assim, a economia circular apresenta-se como um mecanismo fulcral para tais desideratos na concretização das metas dos ODS, algo que Portugal se comprometeu, igualmente, a alcançar. Reduzir o volume de resíduos significa reduzir os impactos ambientais, quer por força dos recursos naturais usados para produção de um bem, quer pelos custos na gestão dos resíduos.

**Recentemente, veio a público informação[[4]](#footnote-4) relativa às dificuldades que as editoras enfrentam no âmbito das respostas a dar à gestão do stock dos livros excedentários ou que entretanto se danificam parcialmente.** Levantam-se várias questões, quer legais, quer de logística nesta matéria, desde logo a questão dos custos que nem todas as editoras conseguem suportar caso façam uma doação, ou seja, “*custos para quem faz os livros, que não são só trabalho do autor, mas também do paginador, do editor, do gráfico – é o trabalho de toda essa gente que se perde*.” Por outro lado, importa salientar o facto de a acumulação de stock se tornar em ativo para efeitos contabilísticos e, inevitavelmente, com custos fiscais associados. A isto acresce ainda o próprio espaço de armazenamento de que a grande maioria das editoras não dispõe, o que obriga as mesmas a encaminhar para a reciclagem os excedentes. **Também associado à prática do envio de livros para reciclagem estão fatores como o simples manusear, próprio em contexto de livrarias ou espaços similares, que pode originar pequenos danos e tornar os livros impróprios para venda, sendo que nestes casos as indicações são para encaminhar para a reciclagem.**

Ou seja, **existe a prática comum do caminho mais fácil - a destruição de livros - o que consubstancia um desperdício que contraria, no seu todo, as boas práticas económicas, ambientais e de desenvolvimento sustentável.**

**E se em 2010 se dava nota de 100 mil livros destruídos anualmente[[5]](#footnote-5), em Portugal, na ausência de estudos recentes nesta área, desconhecem-se os reais números desta realidade.** Do diálogo com autores e editoras supõe-se que será elevado o número de livros destruídos, sendo que a grande fatia prende-se com aqueles que não são vendidos. E apesar de a Lei n.º 36/2016 de 21 de novembro isentar de imposto valor acrescentado “*as transmissões de livros a título gratuito efetuadas aos departamentos governamentais nas áreas da cultura e da educação, a instituições de caráter cultural e educativo, a centros educativos de reinserção social e a estabelecimentos prisionais*”, é certo que esta isenção pouco tem contribuído para a efetiva mudança que urge ser feita. Assim, **urge ter a real noção desta realidade e desenvolver um conjunto de iniciativas que visem promover a reutilização de livros, a sua circularidade e uma produção sustentável, assim como a sua transição digital.**

**Assim, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projeto de Resolução recomenda ao Governo que:**

1. Elabore um relatório anual para determinar, entre outros:
2. o número de livros, anualmente, destruídos;
3. o número de livros, anualmente, doados;

2. Estabeleça metas**,** com calendarização, de redução de desperdício e destruição de livros até ao final desta legislatura;

3. Apoie as editoras e entidades representativas do setor, para incentivar a reutilização de livros e evitar a sua destruição;

4. Apoie as editoras e entidades representativas do setor a apostar na transição digital (e-book ou audio-book);

5. Proceda ao levantamento das necessidades de livros em quaisquer estabelecimentos públicos, de forma a promover a reutilização de manuais e livros;

6. Realize campanhas de sensibilização e pedagogia para a valorização dos livros e da sua reutilização;

7. Articule com outros países, nomeadamente os países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e países onde se faça o ensino de língua portuguesa, por forma a que se criem condições para a reutilização de livros em língua portuguesa, que correspondam às necessidades destes países.

Palácio de São Bento, 25 de maio de 2021.

As deputadas e o deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real

1. <https://cefor.ifes.edu.br/images/stories/publicacoes/2017/Revista_Metropolitana_sustentabildiade.pdf> [↑](#footnote-ref-1)
2. <https://gato-docs.its.txstate.edu/jcr:4646e321-9a29-41e5-880d-4c5ffe69e03e/thoughts_ereaders.pdf> [↑](#footnote-ref-2)
3. <https://rr.sapo.pt/2019/10/21/o-mundo-em-tres-dimensoes/quantas-folhas-de-papel-pode-produzir-uma-unica-arvore/artigo/168650/> [↑](#footnote-ref-3)
4. <https://www.publico.pt/2021/02/21/culturaipsilon/noticia/sistema-promove-destruicao-livros-1951504> [↑](#footnote-ref-4)
5. <https://www.rtp.pt/noticias/cultura/100-mil-livros-destruidos-todos-os-anos_a338571> [↑](#footnote-ref-5)